

■ CRISTIANO ROMERO

Malan decreta fim do gradualismo

Ao lançar ontem o Programa de Estabilidade Fiscal, o governo deu a sua cartada mais forte para enfrentar a crise financeira mundial e manter o modelo econômico que derrubou a inflação ao longo dos últimos quatro anos. O pacote é bem diferente dos que foram lançados nos últimos anos: prevê, como os anteriores, medidas emergenciais para promover o ajuste de curto prazo das contas públicas, mas anuncia um programa de mudanças institucionais destinado a alterar definitivamente o regime fiscal.

"Acabou o tempo do gradualismo", diz o ministro da Fazenda, Pedro Malan, cuja apresentação das linhas do pacote, pela TV, foi bastante elogiada, principalmente pela ênfase dada ao desequilíbrio existente entre as contribuições dos funcionários públicos e as aposentadorias recebidas por eles – neste ano o déficit deve chegar a R\$ 42,2 bilhões em todo o setor público (União, estados e municípios). A ênfase, obviamente, tinha endereços certos: o Congresso e a Justiça, que no passado rejeitaram propostas de enfrentamento desse problema.

"O pacote concentrou o ajuste de curto prazo em três ou quatro grandes medidas, o que deve facilitar a aprovação pelo Congresso. Avança porque não se restringe a atender às metas acertadas com o FMI", elogia o diretor do Banco Fleming Graphus, José Júlio Senna.

Pela primeira vez, o governo editou um conjunto de medidas que visa atacar as três principais razões do desequilíbrio fiscal – as aposentadorias do funcionalismo público, o excesso de funcionários nos estados e a indisciplina fiscal que reina na administração pública. Como as três medidas dependiam antes da vontade de governadores e prefeitos, o governo está propondo a criação de dois mecanismos – a Lei Geral da Previdência Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal – que, na prática, vão obrigá-los a equilibrar as contas.

"É a primeira vez, nos últimos dez anos, que o governo tem um diagnóstico preciso dos problemas, o ambiente propício para o ataque frontal das mazelas e a ausência de alternativas", diz o ex-ministro Mailson da Nóbrega. "Dessa vez, vai. Não tem saída."

"É um conjunto consistente de medidas", elogia o economista-chefe do Banco BBA Creditanstalt, Edmar Bacha, um dos criadores do Plano Real. Bacha chama a atenção para o fato de o programa embutir soluções que estabilizam o valor da dívida pública a partir do ano 2000. "O governo está acenando com a solvência do setor público, que era a grande dúvida que pairava no ar."

Pacote redobra a aposta do real

Outro ponto elogiado por Bacha são as previsões de taxa de juros (22%) para o próximo ano, que ele considera prudente, e de crescimento da economia. "Exige muita coragem do governo explicitar expectativa de crescimento negativo de 1% do PIB. Trata-se de um pacote realista", diz o economista.

O peso do pacote, do jeito que está, ou seja, antes de passar pelo crivo dos parlamentares, recairá mais fortemente sobre os funcionários públicos, o sistema financeiro e as empresas mais taxadas pela CPMF. Há itens do pacote que serão revistos durante a negociação. O aumento da CPMF, por exemplo, de 0,20% para 0,38%, deve ser trocado no Congresso pela criação de um imposto sobre combustíveis. A proposta chegou a entrar no programa, mas foi retirada porque o governo não queria assumir sozinho o ônus de sugerir a criação de mais um imposto.

O próprio ministro Pedro Malan deu a pista sobre o rumo das negociações. "A CPMF é tão ruim quanto maior forem a sua permanência e a sua alíquota", disse o ministro durante almoço com jornalistas.

Desde que foi instituída, em 1997, a CPMF tem provocado a migração, das bolsas brasileiras para a Bolsa de Nova Iorque, de negócios envolvendo ações de empresas brasileiras. No caso da Telebrás, 70% das ações eram negociadas aqui antes da CPMF e 30% em Nova Iorque. Hoje, é o inverso, conta o presidente da Bovespa, Alfredo Rizkallah. "Esse é um indicativo de que, se persistir essa assimetria de custo, o investidor vai optar por outros mercados", diz Rizkallah.

O pacote abre caminho para o governo obter a ajuda do FMI, recompor as reservas cambiais e, assim, renovar a aposta na atual política cambial, principal razão do sucesso do plano de combate à inflação, mas também um dos principais motivos da vulnerabilidade brasileira atual.

Ontem, também pela primeira vez, Malan reconheceu, ao citar estudos dos bancos Lloyds e JP Morgan, que o real pode estar defasado em 10%. Desde o acirramento da crise mundial, em agosto, quando a Rússia declarou moratória, o Brasil se deslocou para o centro das atenções do mundo e, a partir daí, disseminou-se a expectativa de uma desvalorização acentuada do real, forçada ou voluntária. Com o pacote e a ajuda externa, o governo quer recobrar a confiança na política cambial, reduzindo o prêmio de risco cobrado pelos investidores.

Conservador

O Banco Central continua mais realista que o rei.

Ontem, em pleno anúncio do pacote fiscal, o BC elevou os juros para 42,40% ao ano, mantendo a estratégia de aumento diário de 0,10 ponto percentual enquanto persistir a saída de dólares.

O gasto adicional com juros por causa dessa política está entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões ao mês. Em quatro meses, dá uma Vale do Rio Doce.

Parceria

A Petrobrás vai entrar com 25% do investimento previsto – US\$ 400 milhões – na construção de uma usina termelétrica de 600mW em Betim (MG). Os outros sócios são a Fiat e a Cemig.

A Superintendência de Meio Ambiente da estatal aprovou a construção da usina, que deverá ficar pronta no ano 2000 ou no início de 2001. O projeto, segundo o superintendente da Refinaria Gabriel Passos, Elias Menezes Oliveira, está na fase de licitação internacional.

PELO MERCADO

■ Convidado pelo deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), que preside a Comissão de Finanças e Tributação, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, vai à Câmara dos Deputados na terça-feira explicar o pacote fiscal. A maratona de depoimentos sobre as medidas começa hoje, no Senado.

■ O vice-presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Cerveja, Carlos Eduardo Jardim, que também é vice-presidente da Kaiser, estima que o setor deverá fechar o ano com queda de 8% no faturamento. Para o empresário, sem a aprovação da reforma tributária, é impossível pensar em crescimento em 1999.

Com Andréa Rosa (RJ) e Antonio Ximenes (SP)

e-mail para esta coluna: informeeconomico@jb.com.br